**ADVOGADO ANTÔNIO CAMPOS VISITA O PRESIDENTE DO TJPE, DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO FILHO** **PÁG. 5**


# CORREIO DE PERNAMBUCO

**JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE**

**Ano: I • Edição:21 • Sábado, 13 de junho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos**


DIVULGAÇÃO

# RECIFE TEM DÉBITO MILIONÁRIO COM TERCEIRIZADAS E JOÃO CAMPOS ENFRENTA CRÍTICAS SOBRE GESTÃO FISCAL

DIVULGAÇÃO




**PÁG.2**





**Acervo de Capiba é tombado e Pernambuco garante proteção ao legado de um dos maiores nomes da sua música** ***PÁG. 4***

## ARTIGOS



POR **ANTÔNIO CAMPOS**
ADVOGADO

**Poder Constituinte e Reforma Constitucional no Brasil** **PÁG. 5**



POR **DYOGO BASTOS**
JORNALISTA

**A Copa do Mundo das bets** ***PÁG. 3***

**No Recife, governadora Raquel Lyra entrega novo bloco cirúrgico do Hospital Getúlio Vargas com capacidade para mil cirurgias mensais** **PÁG. 3**



**Obra suspende abastecimento em 37 áreas de Olinda e Paulista na segunda (15)** **PÁG. 4**



**Cavalos soltos nas ruas e rodovias preocupam moradores de Goiana, na Mata Norte** **PÁG. 2**




**PRF recupera motocicleta roubada durante fiscalização em Goiana** ***PÁG. 2***

# Recife tem débito milionário com terceirizadas e João Campos enfrenta críticas sobre gestão fiscal

DIVULGAÇÃO




A situação fiscal da Prefeitura do Recife se tornou um dos principais alvos da oposição ao ex-prefeito João Campos. Críticos afirmam que a gestão deixou um cenário de desequilíbrio nas contas municipais, com dívidas milionárias com empresas terceirizadas, questionamentos sobre prioridades orçamentárias e a adoção de medidas consideradas controversas na condução financeira da capital.

Dados divulgados apontam que a Prefeitura acumula cerca de R$ 53 milhões em pagamentos em aberto com empresas terceirizadas, afetando prestadores de serviços e trabalhadores vinculados a áreas essenciais.

O advogado Antonio Campos afirmou que o "jovem ex-prefeito quebrou a Prefeitura do Recife" e que a cidade vive o resultado de uma gestão que, segundo ele, priorizou a imagem e os grandes eventos em detrimento da responsabilidade fiscal.

Entre as críticas está o remanejamento de R$ 24,5 milhões do orçamento originalmente destinado ao sistema previdenciário municipal para reforçar recursos dos festejos do São João de 2026. A medida é apontada como uma demonstração de escolhas equivocadas em meio às dificuldades financeiras enfrentadas pelo município.

Antônio Campos também questiona operações financeiras envolvendo a antecipação de receitas e a negociação de créditos com deságio, classificando a prática como uma "síndrome de repetição" que, segundo ele, compromete recursos futuros do Recife.

Outro ponto levantado pela oposição é o avanço das concessões e parcerias com a iniciativa privada, classificadas por críticos como uma "privatização do Recife". Há ainda cobranças sobre o ritmo das obras na orla de Boa Viagem e sobre medidas de proteção costeira diante dos registros de ataques de tubarão no litoral.

Em contraste, aliados da governadora Raquel Lyra destacam que o Governo de Pernambuco tem mantido uma política de responsabilidade fiscal, com equilíbrio das contas públicas e capacidade de investimento, colocando em debate dois modelos distintos de gestão.

# Cavalos soltos nas ruas e rodovias preocupam moradores de Goiana, na Mata Norte

DIVULGAÇÃO



A presença constante de cavalos e outros animais de grande porte soltos nas ruas e rodovias de Goiana, na Mata Norte de Pernambuco, tem aumentado a preocupação de moradores, motoristas e motociclistas. O problema, que se arrasta há meses, representa um risco diário de acidentes e levanta questionamentos sobre as ações de recolhimento e fiscalização no município.

Moradores denunciam que os animais circulam livremente por bairros e estradas, especialmente durante a noite e nas primeiras horas da manhã, períodos de menor visibilidade e maior perigo para quem trafega pelas vias.

As críticas se voltam para a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Proteção Animal. Segundo relatos da população, o caminhão utilizado para o recolhimento dos animais estaria quebrado há bastante tempo, comprometendo o trabalho das equipes responsáveis pela apreensão.

Apesar das dificuldades, moradores reconhecem o empenho do diretor da apreensão de animais, Renan, que, conforme os relatos, tem demonstrado disposição para atender as ocorrências, mas enfrenta limitações pela falta de estrutura e de um veículo em condições de funcionamento.

A permanência de animais soltos em vias públicas coloca em risco a segurança de motoristas, motociclistas e pedestres, podendo provocar acidentes graves. A população cobra menos justificativas e mais medidas efetivas para solucionar o problema, que já se tornou uma preocupação constante em Goiana.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

**PRESIDÊNCIA**
*Antônio Ricardo Accioly Campos* - camposad@camposadvogados.com.br

**EDITOR-CHEFE**
*Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE* - dyogobastos.imprensa@gmail.com

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**
*Real Digital Publisher Ltda* - realdigitalpublisher@gmail.com

**EDIÇÃO GERAL**
*Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros*
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:**
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

**ESTAMOS ONLINE:**
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

# PRF recupera motocicleta roubada durante fiscalização em Goiana

DIVULGAÇÃO




A Polícia Rodoviária Federal (PRF) recuperou, nesta quinta-feira (11), uma motocicleta com registro de roubo durante fiscalização no km 7 da BR-101, no município de Goiana.

Durante a abordagem, a equipe realizou a verificação dos elementos identificadores do veículo e consultas aos sistemas de segurança, constatando que a motocicleta possuía registro de roubo desde abril de 2024.

Diante da constatação, foi configurada, em tese, a ocorrência de receptação. O condutor recebeu voz de prisão e foi encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Goiana, onde foram adotadas as medidas legais cabíveis.

A motocicleta também foi encaminhada para os procedimentos de restituição ao legítimo proprietário e demais providências previstas em lei.

# No Recife, governadora Raquel Lyra entrega novo bloco cirúrgico do Hospital Getúlio Vargas com capacidade para mil cirurgias mensais

## *Com oito salas para cirurgia, a entrega melhora a capacidade de resposta, eficiência operacional e mais segurança para os pacientes*

DIVULGAÇÃO



Em mais um dia importante para a saúde pública de Pernambuco, a governadora Raquel Lyra entregou, nesta quinta-feira (11), o novo bloco cirúrgico do Hospital Getúlio Vargas (HGV), localizado no Bairro do Cordeiro, na Zona Oeste do Recife. Com investimento de R$ 11,06 milhões, a entrega vai proporcionar a capacidade de realizar mil cirurgias por mês, melhorando a capacidade de resposta, eficiência operacional e mais segurança para os pacientes que precisam de atendimento numa das seis maiores emergências do Estado. O novo bloco conta com oito salas para cirurgias. Acompanhada da vice-governadora Priscila Krause, a chefe do Executivo estadual ainda vistoriou as obras da área da Hemodinâmica, que será dedica à cirurgia vascular.

"Estamos fazendo o maior investimento da história recente em saúde pública em Pernambuco. Entregamos hoje, no Hospital Getúlio Vargas, oito novas salas cirúrgicas com equipamentos de ponta, que vão desde a troca de material cirúrgico, como bisturis, tesouras, até a entrega de equipamentos de última geração. Dessa forma, permitimos que o paciente possa ter a melhor jornada possível. Ao todo, estamos investindo mais de R$ 11 milhões", ressaltou a governadora Raquel Lyra.

Com o novo bloco cirúrgico, o HGV reforça seu perfil de assistência nas áreas de Cirurgia Geral, Vascular, Urologia, Ortopedia, Ortopedia Pediátrica e Cirurgia Bucomaxilofacial. O bloco foi projetado com maior tecnologia, o que otimiza a dinâmica cirúrgica, permitindo cirurgias mais complexas e com alta resolutividade de casos.

"Essa entrega representa a revolução na saúde pública de Pernambuco. Toda área está climatiza, com novos equipamentos, tudo seguindo as regras sanitárias exigidas. Assim como todos os hospitais pernambucanas, o Getúlio Vargas está recebendo investimento de verdade, como não se via há anos", destacou Zilda Cavalcanti, secretária de Saúde.

Antes da entrega, a chefe Executivo estadual vistoriou as obras do setor de Hemodinâmica do HGV, que contará com um angiógrafo dedica à cirurgia vascular. Em breve, o setor estará pronto para dedicar os serviços hospitalares aos pacientes. Além disso, a requalificação da fachada da unidade também está em andamento, serviço que já atingiu cerca de 60% de execução. Dois elevadores foram adquiridos e estão sendo instalados para melhorar a logística no hospital. Ao todo, a unidade já recebeu quase R$ 8 milhões em investimentos.

Para a diretora-geral do HGV, Thaís Almeida, a entrega do bloco cirúrgico representa um avanço na estrutura hospitalar. "O bloco cirúrgico é estrutura totalmente moderno. Ao todo, temos oito salas, possibilitando separar as cirurgias eletivas e urgência das cirurgias de emergência. Assim, vamos conseguir melhorar a capacidade de cirurgias de alta complexidade com segurança e com novos equipamentos", afirmou.

# Pelo terceiro ano consecutivo, Pernambuco mantém destaque nas contas públicas com Capag B+

## *Resultado reflete o trabalho técnico desenvolvido pelas áreas financeira, contábil e de gestão fiscal do Tesouro Estadual*

Foto: Yacy Ribeiro/Secom



Pernambuco manteve, pelo terceiro ano consecutivo, a classificação B+ na avaliação da Capacidade de Pagamento (Capag), indicador elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para aferir a situação fiscal dos estados e municípios brasileiros. O resultado reafirma a consistência das finanças estaduais e evidencia a capacidade do Estado de preservar o equilíbrio fiscal mesmo em um ambiente de crescentes demandas por investimentos e prestação de serviços públicos.

"Mais do que a manutenção de uma nota, o resultado reflete um esforço contínuo de planejamento, controle e gestão desenvolvido pelo Governo de Pernambuco. Desde 2023, nós arrumamos a casa, deixamos a conta do Estado no azul e esse desempenho alcançado é fruto da atuação coordenada das equipes responsáveis pelo acompanhamento fiscal. É uma transformação que chega como resultado e melhoria de vida para os pernambucanos", destacou a governadora Raquel Lyra.

A Capag constitui um dos principais instrumentos de monitoramento da saúde fiscal dos entes federativos. Sua classificação é utilizada pelo Tesouro Nacional na análise de operações de crédito e figura entre os requisitos considerados para a concessão de garantia da União em financiamentos contratados pelos estados.

A metodologia da STN baseia-se em três indicadores fiscais que observam diferentes dimensões da sustentabilidade das contas públicas: endividamento, poupança corrente e liquidez. No indicador de endividamento, que relaciona a dívida consolidada à Receita Corrente Líquida (RCL), Pernambuco alcançou a nota máxima A. O percentual registrado no exercício de 2025 foi de 41,22%, patamar que demonstra situação confortável em relação à capacidade de geração de receitas do Estado e amplia a margem para o financiamento responsável de investimentos estruturadores.

No indicador de poupança corrente, que mede a capacidade de geração de recursos para custeio da máquina pública e realização de investimentos, Pernambuco obteve nota B. Considerando a média dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, o percentual alcançado foi de 93,12%, resultado compatível com os parâmetros estabelecidos pelo Tesouro Nacional.

Já no indicador de liquidez, que avalia a capacidade de honrar compromissos de curto prazo a partir da disponibilidade financeira existente, o Estado também recebeu nota B. O índice apurado para 2025 foi de 0,39%, evidenciando a manutenção de condições adequadas para a gestão das obrigações financeiras correntes.

A permanência da classificação B+ pelo terceiro ano consecutivo demonstra a continuidade de uma trajetória de responsabilidade fiscal construída com base em critérios técnicos, disciplina na gestão dos recursos públicos e permanente aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e controle. Trata-se de um resultado que fortalece a credibilidade institucional do Estado, amplia sua capacidade de acessar fontes de financiamento em condições favoráveis e cria bases sólidas para a realização de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social de Pernambuco.



ARTIGO

POR **DYOGO BASTOS**

*JORNALISTA*

# A COPA DO MUNDO DAS BETS

A Copa do Mundo sempre foi, para o brasileiro, muito mais do que futebol. Era a bandeira na janela, a rua pintada pelos vizinhos, o encontro da família diante da televisão e o sonho coletivo do hexa. Mas o Mundial de 2026 parece inaugurar uma nova era: a da Copa das bets.

A febre das apostas esportivas tomou conta do futebol. Se antes a discussão era sobre quem levantaria a taça, quem seria o artilheiro ou qual seleção encantaria o planeta, agora uma parte considerável do debate gira em torno das odds, dos palpites pagos e das plataformas de apostas. Dados publicados pela Folha de S.Paulo mostram que o mercado espera crescimento de até 40% no volume de apostas durante o Mundial, enquanto milhares de brasileiros já colocam dinheiro no resultado da competição.

É evidente que apostar, para muitos adultos, é encarado como uma forma de entretenimento. O problema surge quando o futebol, uma paixão popular, passa a ser tratado principalmente como uma máquina de movimentar dinheiro. A emoção do gol corre o risco de ser substituída pela ansiedade do retorno financeiro.

A presença das casas de apostas está em todos os lugares: nos patrocínios, nas transmissões, nas propagandas e nas conversas de bar. O torcedor, que antes comprava a camisa da seleção ou o álbum de figurinhas, agora é constantemente convidado a transformar cada lance em uma possibilidade de ganho ou perda financeira.

A grande questão é: estamos vivendo uma Copa do Mundo ou um gigantesco cassino a céu aberto disfarçado de espetáculo esportivo?

O futebol sobreviveu por mais de um século movido por rivalidade, talento e paixão. As apostas podem fazer parte da indústria moderna do esporte, mas não deveriam sequestrar a essência do jogo. Afinal, o maior prêmio de uma Copa nunca foi o dinheiro. Sempre foi a memória: o abraço depois do gol, o grito de campeão e a sensação de que, por alguns instantes, um país inteiro jogava junto.

# Acervo de Capiba é tombado e Pernambuco garante proteção ao legado de um dos maiores nomes da sua música

O acervo do compositor pernambucano Capiba passa a contar com proteção oficial do Estado após o tombamento aprovado pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC). A decisão representa um marco para a preservação da memória de um dos maiores artistas da cultura pernambucana, responsável por obras que ajudaram a eternizar ritmos como o frevo, o maracatu, as valsas e as canções populares do Nordeste.

Natural de Surubim, no Agreste pernambucano, Capiba construiu uma trajetória que ultrapassou fronteiras e se tornou símbolo da identidade cultural do Estado. Autor de mais de 200 composições, ele deixou um legado que atravessa gerações, com músicas que fazem parte da história do carnaval pernambucano e da música brasileira.

DIVULGAÇÃO



O acervo preservado reúne milhares de itens de grande valor histórico e artístico, incluindo partituras manuscritas, fotografias, correspondências, discos, instrumentos musicais, livros, gravações sonoras e objetos pessoais do compositor. Entre as peças mais importantes está o piano centenário utilizado por Capiba em parte de suas criações. O material é mantido pela família e pelo Instituto Capiba, que trabalha na conservação e difusão da obra do artista.

Com o tombamento, o conjunto documental passa a receber proteção legal, impedindo sua dispersão e garantindo que futuras intervenções de conservação sigam critérios técnicos estabelecidos pelos órgãos de patrimônio. A medida também amplia as possibilidades de acesso a políticas de preservação e incentivos culturais.

A decisão reforça a importância de proteger não apenas prédios e monumentos históricos, mas também a memória artística de personalidades que ajudaram a construir a identidade de Pernambuco. Com o reconhecimento do acervo de Capiba, o Estado amplia sua lista de patrimônios culturais protegidos e assegura que a obra de um dos seus maiores compositores continue sendo estudada, valorizada e transmitida às próximas gerações.

# MPPE recomenda à Olinda moderação e economicidade dos gastos públicos nos festejos juninos e outros eventos

O município de Olinda foi elencado no Decreto nº 60.542/2026 do Governo do Estado como um dos municípios pernambucanos em situação de emergência face às recentes chuvas, fato que demanda maior cautela e racionalidade nas prioridades para o gasto público. Dessa forma, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu recomendação à prefeita de Olinda para que adote critérios mais rigorosos de moderação e economicidade com os gastos públicos nos festejos juninos e demais eventos de 2026.

A medida tem como foco garantir economicidade, transparência e responsabilidade fiscal nas contratações artísticas.

Foi recomendada a adoção de parâmetros objetivos para a definição dos cachês de artistas, com base na média dos contratos realizados em Pernambuco entre maio e julho de 2025, corrigidos pela inflação. Caso não haja dados suficientes nesse período, a gestão municipal deverá ampliar a pesquisa para os 12 meses anteriores, utilizando bases oficiais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e os Portais de Transparência.

Um dos pontos centrais da recomendação é o alerta para contratações consideradas de "alta materialidade", ou seja, aquelas que ultrapassem o valor de R$ 600 mil. Nesses casos, o MPPE recomenda instrução processual detalhada, com justificativas robustas que comprovem a compatibilidade com os preços de mercado e a real necessidade da despesa, evitando riscos ao erário. Nas contratações de grande valor, a Prefeitura de Olinda deve comprovar capacidade financeira, por meio de relatórios fiscais atualizados, demonstrativos de disponibilidade de caixa e declaração de que os gastos não comprometerão serviços públicos essenciais nem ocorrerão em cenário de calamidade ou atraso salarial do funcionalismo.



A 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Olinda recomendou ainda que o total das despesas com festividades em 2026 não ultrapasse o montante gasto em 2025, permitindo-se apenas a reposição inflacionária com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A medida visa conter o crescimento de gastos discricionários e assegurar uma gestão equilibrada dos recursos públicos.

O MPPE ressalta que a recomendação não retira a autonomia do gestor municipal para definir políticas culturais, mas destaca a necessidade de que as decisões estejam alinhadas aos princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, moralidade, publicidade e eficiência

# Obra suspende abastecimento em 37 áreas de Olinda e Paulista na segunda (15)

O abastecimento de água de 37 bairros de Olinda e Paulista, no Grande Recife, será paralisado de forma temporária na segunda-feira (15), devido a um serviço da Neoenergia, que precisará desligar a rede elétrica do Sistema Botafogo.

Por causa dessa intervenção, 25 bairros de Olinda e 12 de Paulista ficarão sem água a partir das 6h da segunda (15). A expectativa da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) é que as intervenções sejam concluídas na madrugada da terça-feira (16).

DIVULGAÇÃO



Durante a paralisação, a Compesa informou que também realizará serviços de manutenção preventiva e instalará novos equipamentos, ações que, segundo a companhia, irão reforçar a confiabilidade operacional do Sistema Botafogo.

Ainda de acordo com a Compesa, após a conclusão dos trabalhos, o abastecimento será retomado gradualmente, conforme o calendário de distribuição de água de cada localidade.

**BAIRROS AFETADOS OLINDA**

Alto da Bondade, Alto da Nação, Alto da Macaíba, Alto da Sucupira, Alto da Manguba, Bairro Novo, Bonsucesso, Bultrins, Casa Caiada, Cohab, Guadalupe, Jardim Atlântico, Monte, Nova Olinda, Peixinhos, Rio Doce, Sítio Fragoso, Tabajara, Santa Tereza, Varadouro, Sítio Histórico, Carmo, Umuarama, Vila Popular e V8.

**PAULISTA**

Vila Torres Galvão, Alameda, Jaguarana, Jaguaribe, Maranguape II, Artur Lundgren I, Aurora, Centro, Pau Amarelo, Jardim Paulista, Mirueira e Maranguape II.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

*ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.*

# PODER CONSTITUINTE E REFORMA CONSTITUCIONAL NO BRASIL

O debate sobre a necessidade de uma nova Assembleia Nacional Constituinte no Brasil envolve reflexões profundas sobre democracia, estabilidade institucional e aperfeiçoamento do Estado. Contudo, a Constituição Federal de 1988 já prevê instrumentos legítimos e democráticos de atualização de suas normas por meio do chamado poder constituinte derivado reformador, exercido através das Emendas Constitucionais. O artigo 60 da Carta Magna estabelece os procedimentos e os limites necessários para alterações constitucionais relevantes, permitindo mudanças estruturais sem a necessidade de ruptura da ordem jurídica vigente.

A própria experiência brasileira demonstra a capacidade de adaptação da Constituição. Reformas importantes ocorreram por meio de Emendas Constitucionais, como a Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como Reforma do Judiciário, que criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ampliou mecanismos de eficiência e controle administrativo, além da Emenda Constitucional nº 88/2015, a chamada "PEC da Bengala", que modificou a idade da aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores. Como destaca Alexandre de Moraes, o poder constituinte derivado permite a modernização da Constituição dentro dos limites estabelecidos pelo próprio texto constitucional, garantindo segurança jurídica e continuidade institucional.

Nesse contexto, a discussão sobre a reforma do Poder Judiciário ganhou destaque no cenário nacional. O Judiciário exerce papel fundamental na proteção dos direitos fundamentais, na defesa da Constituição e na preservação do Estado Democrático de Direito. Entretanto, enfrenta desafios como a morosidade processual, o elevado número de demandas, a ampliação da judicialização das relações políticas e sociais e os debates sobre a concentração de decisões monocráticas no Supremo Tribunal Federal. A busca por maior eficiência, transparência e colegialidade tem motivado propostas de aperfeiçoamento institucional, como a limitação temporal de decisões individuais dos ministros, que posteriormente seriam submetidas ao julgamento coletivo da Corte.

Essas mudanças, entretanto, podem ser realizadas dentro do próprio sistema constitucional vigente, por meio de Emendas Constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional, respeitando os limites impostos pelas cláusulas pétreas, como a separação dos Poderes, o regime democrático e os direitos e garantias fundamentais. Dessa forma, uma reforma do Judiciário não exige, necessariamente, a convocação de um novo poder constituinte originário.

A criação de uma nova Constituição, embora possa representar uma oportunidade de reorganização do Estado, modernização administrativa e revisão das estruturas políticas e jurídicas, exige extrema cautela. O poder constituinte originário possui natureza inicial, autônoma e, em tese, não está submetido aos limites da Constituição anterior. Em períodos marcados por forte polarização política, radicalização ideológica e instabilidade institucional, um novo processo constituinte pode gerar riscos à democracia, especialmente se houver tentativas de enfraquecer direitos fundamentais, reduzir a independência do Poder Judiciário ou comprometer o equilíbrio entre os Poderes.

Autores como Paulo Bonavides ressaltam que a Constituição deve funcionar como instrumento de estabilidade democrática e proteção das liberdades públicas, enquanto Konrad Hesse destaca que a força normativa da Constituição depende da preservação de sua estabilidade e do compromisso das instituições com os valores democráticos. Da mesma forma, José Joaquim Gomes Canotilho afirma que as Constituições contemporâneas exercem importante papel de integração social e equilíbrio político.

Diante da realidade atual, marcada por tensões políticas e desafios institucionais, o caminho mais adequado parece ser o aperfeiçoamento dos mecanismos previstos na própria Constituição de 1988, e não a sua substituição. O grande desafio brasileiro está em promover reformas responsáveis que tornem o Poder Judiciário e as demais instituições mais eficientes, transparentes, previsíveis e equilibradas, preservando sua autonomia e sua função essencial na defesa da Constituição e da democracia. Qualquer mudança de grande impacto deve ser construída por meio de amplo diálogo entre os Poderes da República, a comunidade jurídica, a academia e a sociedade civil, garantindo que o fortalecimento institucional ocorra sem comprometer os fundamentos democráticos conquistados pela ordem constitucional vigente.

# Advogado Antônio Campos visita o presidente do TJPE, desembargador Francisco Bandeira de Mello Filho



O advogado e escritor Antônio Campos, com 35 anos de atuação na advocacia, realizou visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Francisco Bandeira de Mello Filho, em seu gabinete na Presidência da Corte.

Na ocasião, Antônio Campos presenteou o presidente com exemplares da obra Pernambuco em Antologias. Entre os destaques da publicação está a presença do poeta Francisco Bandeira de Mello, ex-secretário de Cultura e Turismo de Pernambuco e pai do atual presidente do TJPE.

"Tenho admiração e grande respeito pelo desembargador Francisco Bandeira de Mello Filho, que hoje preside o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Trouxe um pouco da riqueza cultural pernambucana reunida em nossas antologias, nas quais se destaca a expressiva poesia de Dr. Francisco Bandeira de Mello, de honrada memória, que prestou relevantes serviços ao Estado como gestor público e secretário de Cultura e Turismo. Também tivemos a oportunidade de conversar sobre os desafios do Direito e da Justiça no século XXI", afirmou Antônio Campos.

O encontro transcorreu em clima de cordialidade, reunindo reflexões sobre cultura, literatura, Direito e os caminhos da Justiça contemporânea.